

**11º CONCURSO
1998**

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as questões devem ser justificadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª Questão (30 pontos)

Enumere e disserte brevemente sobre as restrições à revogação de atos administrativos.

2ª Questão (40 pontos)

Na ocasião da abertura de propostas de uma licitação do tipo “menor preço”, a comissão verifica que um bloco de informações apresentado por uma empresa habilitada foi preenchido em desacordo com o Edital.

O Edital pedia que no referido bloco constassem o número de telefone da licitante e seu registro no CGC, datilografados, e a referida proposta, preenchida com um carimbo, não continha esses dados. A Comissão de Licitação entendeu desclassificar a empresa “por não atender as exigências do ato convocatório da Licitação”.

Inconformada, a empresa recorre, alegando, em síntese, que havia sido ultrapassada a fase habilitatória, que ficara demonstrado que a proposta de menor preço era a sua e que o excessivo rigor era, afinal, além de antijurídico, prejudicial ao interesse público.

Examine o recurso à luz dos princípios informadores das licitações públicas.

3ª Questão (30 pontos)

Após três dias de greve, com paralisação total dos serviços, os empregados da Empresa Pública de Transportes do Estado - EPTERJ lograram obter da direção da empresa a celebração de acordo coletivo para evitar as demissões que vinham ocorrendo, firmado com o sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, que escolheram para representá-los. Pelo acordo ficou restabelecida a redução da jornada, com proporcional redução dos salários, por um período de seis meses. Ajustou-se, ainda, o pagamento dos dias parados de greve.

O Governo Estadual não concordou com a solução negociada e decretou a nulidade do acordo coletivo, determinando, ainda, o desconto salarial dos dias parados.

Em contrapartida, enviou projeto de lei à Assembléia Legislativa determinando a redução da jornada dos empregados, sem redução dos salários, pelo mesmo período.

Pergunta-se:

- 1 - Havia ilegalidade formal ou material que justificasse a sua anulação?
- 2 - A greve foi lícita ou abusiva?
- 3 - Pode a lei estadual estabelecer a redução de jornada?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

1ª Questão (60 pontos)

Disserte sobre a admissibilidade da impetração de mandado de segurança contra decisão interlocutória de órgão jurisdicional de 1º grau no processo civil comum e no trabalhista.

2ª Questão (40 pontos)

Sentença transitada em julgado acolheu o pedido de reivindicação de determinado imóvel, formulado por PAULO, repelindo a alegação de usucapião levantada na contestação pelo réu, JOÃO.

Pode JOÃO, posteriormente, promover ação de usucapião do mesmo imóvel, que se encontra registrado no registro de imóvel competente em nome de PAULO?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (35 pontos)

Em que hipótese, no direito brasileiro, uma norma da Constituição poderá ser pronunciada inconstitucional?

2ª Questão (35 pontos)

Comente o princípio da proporcionalidade, também chamado de princípio da razoabilidade ou ainda princípio da vedação do excesso. E informe se ele é atendido como integrante do texto da Constituição brasileira de 05.10.1988 e, se o for, em que preceito dela se situa.

3ª Questão (30 pontos)

Comente os seguintes dispositivos constantes de regulamentos de concursos públicos:

- para admissão de guardas penitenciários de um estabelecimento feminino, estabeleceu-se que somente mulheres poderiam candidatar-se;
- para admissão de guarda-vidas do Serviço de Salvamento Marítimo, estabeleceu-se que mulheres não poderiam candidatar-se;
- para admissão de Procuradores do Estado, estabeleceu-se que mulheres acima de 40 (quarenta) anos não poderiam candidatar-se.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (30 pontos)

Distinga:

- a responsabilidade contratual da responsabilidade aquiliana;
- a responsabilidade subjetiva da responsabilidade objetiva.

2ª Questão (30 pontos)

É viável o pedido de reintegração de posse de um imóvel feito pelo promitente vendedor e possuidor indireto, pelo descumprimento do compromisso de compra e venda que estabelece cláusula resolutória expressa do pacto na hipótese de inadimplemento, sem a propositura prévia da ação destinada a rescindir o contrato?

3ª Questão (40 pontos)

Quando o administrador de sociedade anônima, por ter agido contra o estatuto, responde pelos danos causados à empresa, essa responsabilidade se assenta:

- no princípio da desconsideração da personalidade jurídica?
 - no princípio da solidariedade entre a sociedade e seus administradores?
- ou
- nas normas sobre responsabilidade civil dos administradores?

Indique qual a resposta correta, apresentando a sua fundamentação e, igualmente, demonstre porque as demais respostas não se aplicariam à hipótese.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (30 pontos)

A Administração de certo Estado, que não editou lei ordinária regulando a cobrança do ICMS em seu território, decide exigir o pagamento desse imposto sobre as saídas de mercadorias vendidas pelos comerciantes nele estabelecidos.

Como fundamento de sua decisão, invoca lei complementar nacional que assim dispõe:

“Art. ... - O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação tem por fato gerador:

I - a saída de mercadorias do estabelecimento do contribuinte; ...”

É LEGÍTIMA ESSA INICIATIVA DA ADMINISTRAÇÃO?

2ª Questão (40 pontos)

Determinado contribuinte pretende pagar certo tributo estadual que deve mediante dação ao Estado de um bem de propriedade dele, contribuinte.

É LEGÍTIMA ESSA PRETENSÃO DE EXTINGUIR CRÉDITO TRIBUTÁRIO SOB TAL MODALIDADE?

3ª Questão (30 pontos)

Certo contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana todos os anos satisfaz o imposto, pontualmente, tão logo recebe a notificação que lhe expede a Administração.

No ano de 1991, no entanto, a Administração deixou de enviar tal notificação ao contribuinte. Este, em 1995, percebendo a falha, dirige-se por escrito à Administração, requerendo que lhe seja notificado o valor do imposto relativo a 1991, que deve.

No ano de 1999, a Administração realiza o lançamento e expede a notificação do IPTU relativo a 1991, mas o contribuinte impugna a cobrança alegando que, por decurso de tempo, não mais deve o tributo.

A Administração insiste na cobrança, sustentando que, tendo reconhecido, em 1995, ser devedor do IPTU de 1991, o contribuinte havia interrompido o prazo para exigência do tributo, nos termos do art. 172, V, do Código Civil, *verbis*:

“Art. 172. A prescrição se interrompe:

V – Por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor”.

DIZER QUEM ESTÁ COM A RAZÃO: O CONTRIBUINTE OU A ADMINISTRAÇÃO?

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1ª Questão (20 pontos)

Decreto regulamentar estadual dispõe sobre transporte de passageiros sob regime de fretamento, estabelecendo condições mínimas de segurança e conforto para os passageiros.

De acordo com essas prescrições de polícia, a empresa de transporte escolar ALFA contrata com a montadora BETA a entrega, no prazo de um ano, de 20 veículos rigorosamente de acordo com as normas especificadas no regulamento.

Dias antes do término do prazo e entrega dos veículos, um segundo Decreto é expedido, alterando as especificações e vedando licenciamento e utilização sob fretamento de quaisquer veículos fora das novas condições.

Responda motivadamente:

- O segundo Decreto poderia revogar o anterior sem estabelecer regras de compatibilização entre as exigências de um e de outro?
- Teria o segundo Decreto tornado ineficaz o contrato celebrado entre ALFA e BETA?
- Poderia ALFA valer-se de algum remédio jurídico para compelir a Administração a licenciar os veículos recebidos alegando direito adquirido?
- Existiriam perdas e danos indenizáveis ou simplesmente suportáveis como risco normal da atividade econômica?

2ª Questão (30 pontos)

A Lei nº 2.470/95 do Estado do Rio de Janeiro, ao instituir o Programa Estadual de Desestatização, autoriza o Governador do Estado a definir, mediante decreto, empresas sob controle acionário estatal que devem ser privatizadas através de leilão, estabelecendo, ainda, que, no caso de empresas estatais prestadoras de serviço público, concomitantemente à venda do controle acionário dar-se-á a outorga da concessão do serviço público.

No exercício dessa competência, o Governador do Estado editou decreto incluindo a empresa pública x, prestadora de serviço público, no programa de desestatização.

Publicado o Decreto, certo cidadão, comprovando sua condição de eleitor, ajuizou ação popular pretendendo a nulidade do ato com base nos seguintes argumentos:

- a empresa é lucrativa, não podendo o Estado se demitir de prestar, através de entidade da Administração Pública, um serviço público que foi outorgado por lei à referida empresa.
- a Lei nº 2.470/95 é inconstitucional por delegar poderes do legislador ao administrador, eis que se a empresa foi criada com autorização legislativa específica, só outra lei com esta especificidade poderia autorizar sua extinção ou perda do caráter integrante da Administração Pública.
- serviços públicos não podem ser privatizados, mas apenas concedidos ou permitidos mediante licitação, o que não é atendido pelo leilão de venda das ações da empresa.

Chamado a se manifestar, que argumentos poderiam ser oferecidos em contestação, em defesa da juridicidade do referido decreto?

3ª Questão (20 pontos)

Responda objetivamente:

- O direito à ampla defesa deve ser assegurado em todo processo administrativo ou apenas nos processos disciplinares?
- O que se entende por prescrição administrativa? Na falta de previsão legal, entende-se que a regra geral é no sentido da prescritibilidade ou na imprescritibilidade?
- Como se expressa a comutatividade no contrato de concessão de serviço público?
- O que vem a ser a teoria do risco integral?

4ª Questão (30 pontos)

Fulcrada na Lei nº 9.601, de 21/01/98, publicada no D. O. da União que circulou no dia imediato, dispondo sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, a direção de certa sociedade de economia mista do Estado do Rio de Janeiro entendeu chegada a oportunidade de solucionar a sua carência de pessoal, agora com a lei infraconstitucional prevista pelo inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal.

Acedeu o Sindicato representativo da categoria profissional dos servidores da Empresa em exercer a prerrogativa prevista pelo artigo 1º da lei citada, o

qual prevê a instituição de contratos de trabalho para atender a determinada necessidade temporária mediante a celebração de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Em se tratando da hipótese de formulação de consulta do órgão jurídico setorial à Procuradoria Geral do Estado, sustente o Candidato os fundamentos jurídicos que caberiam instruir a resposta, relacionados: a) pressupostos da relação de emprego por prazo determinado para a sua validade; b) personalidade jurídica da sociedade de economia mista do Estado, se integrante da Administração Pública Estadual; e, c) previsão do inciso IX do art. 37 da C.F.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

1ª Questão (25 pontos)

Caio, proprietário de um automóvel importado, intentou ação declaratória frente ao Estado do Rio de Janeiro, objetivando ver afirmado que o seu veículo também estava sujeito ao IPVA de 3%, devido pelos proprietários de automóvel de fabricação nacional, e não à alíquota de 5% pretendida pela Fazenda Pública.

Alegando que necessitava regularizar a situação do veículo junto ao DETRAN e impedir uma eventual atuação, solicitou, dada a urgência da questão, a concessão de tutela antecipada, sem a audiência da parte ré, que lhe foi deferida.

Como Procurador do Estado, como você enfrentaria a decisão?

2ª Questão (25 pontos)

Em julgamento de duplo grau de jurisdição (o Estado não apelou), a Câmara, por maioria, confirmou sentença de 1º grau. O Estado havia interposto agravo retido, alegando cerceamento de defesa, o qual foi conhecido por unanimidade, e improvido por maioria de votos.

O Estado poderá opor embargos infringentes contra a manutenção da sentença de 1º grau? E contra a decisão proferida no julgamento do agravo retido?

3ª Questão (25 pontos)

Faça a distinção entre os embargos de terceiro e a oposição.

4ª Questão (25 pontos)

Autarquia Estadual celebrou convênio de cooperação com a Universidade do Estado, cujo objeto é a execução de serviços de vistoria anual em automóveis para efeito da renovação de licença; para tanto, e, como previsto no convênio, a Universidade, com base no inciso IX do art. 37 da CF, contratou universitários, previamente selecionados, pelo prazo de 6 (seis) meses. O Ministério Público do Trabalho ajuizou, junto à Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho, Ação Civil Pública em face da autarquia, visando à condenação da ré na obrigação da rescisão dos contratos, bem como abster-se de fazer novas contratações de trabalhadores sem o requisito da aprovação em concurso público, e, ainda, condenação em pecúnia reversível ao Fundo de Amparo aos Trabalhadores - FAT.

Pergunta-se: Quais as preliminares processuais argüíveis na hipótese?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (25 pontos)

É admissível a expedição de medida provisória revogando outra ainda em curso no Congresso Nacional? Em caso afirmativo, quais as conseqüências advindas da eventual rejeição da medida provisória revogadora?

2ª Questão (25 pontos)

Lei estadual foi declarada inconstitucional por decisão, *incidenter tantum*, do Supremo Tribunal Federal. Pessoa física alcançada pela norma declarada inconstitucional, não sendo todavia parte na ação em que tal declaração de inconstitucionalidade ocorreu, impetrou mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal requerendo fosse estipulado prazo ao Senado Federal para editar, nos termos do art. 52, X, da Carta Federal, resolução suspensiva da execução da mencionada lei estadual. Manifeste-se sobre a pretensão.

3ª Questão (25 pontos)

A Constituição de determinado Estado-membro estabeleceu que a escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino público dar-se-ia por eleição, mediante

voto direto e secreto de professores, alunos e servidores de cada estabelecimento. O Governador solicitou o exame da constitucionalidade dessa previsão. Manifeste-se a respeito.

4ª Questão (25 pontos)

Pode a legislação estadual disciplinadora da previsão do art. 158, IV, parágrafo único, II, da Constituição Federal, adotar parâmetros que resultem em excluir determinados municípios da participação nessa parcela do ICMS? Ou os parâmetros adotados devem necessariamente assegurar tal participação a todos os municípios do Estado? Responda fundamentadamente.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (30 pontos)

Tem o promitente comprador de um imóvel, por instrumento particular não registrado, posse *ad usucapionem* quando, embora pago o preço, não haja a possibilidade de se propor ação de adjudicação compulsória?

2ª Questão (30 pontos)

A empresa "A" prestou serviços ao Estado, regularmente contratados e que deveriam ter sido integralmente pagos em 1988. Tendo recebido tempestivamente apenas parte de seu crédito, distribuiu, em 1996, ação ordinária para cobrar o saldo devedor, acrescido de juros, multa e correção monetária. A multa e os juros de mora estavam previstos no contrato. Quanto à correção monetária, alega a empresa "A" que não necessita ser contratada e que seu não recebimento importa em enriquecimento sem causa do Estado. O que você pensa sobre a existência e a eficácia do direito de "A"?

3ª Questão (20 pontos)

A Companhia Estadual de Armazéns, sociedade de economia mista, foi criada segundo autorização de lei estadual que autorizou também a transferência para a sociedade, a título de integralização de capital, de três imóveis, que são os armazéns "A", "B" e "C". A sociedade, que é uma companhia aberta, tem 30% de seu capital disseminado no mercado.

Os três imóveis foram de fato entregues à empresa, mas apenas os armazéns "A" e "B" foram efetivamente empregados na integralização de capital, e somente o primeiro ("A") teve a sua transmissão registrada no registro de imóveis. O armazém "A" foi inclusive objeto de garantia real (hipoteca) constituída em favor de banco que concedera um empréstimo à sociedade, ainda não resgatado.

Atualmente, com o deslocamento da área portuária para outra região, a Companhia adquiriu novos armazéns, estando os armazéns "A", "B" e "C" praticamente desativados.

Ocorre que o Governo do Estado encontra-se interessado em receber de volta os imóveis correspondentes aos armazéns "A", "B" e "C", a fim de neles implantar um complexo de lazer.

Por outro lado, a Companhia Estadual de Armazéns está sendo preparada para a privatização, e uma das providências preliminares seria o retorno dos aludidos imóveis ao Estado.

A matéria foi encaminhada à Procuradoria do Estado para a emissão de parecer que analise o problema, indicando quais as providências que deverão ser adotadas para que esses imóveis, livres e desembaraçados, retornem ao Estado.

Emita o parecer.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (20 pontos)

Lei estadual dispõe que o ICMS deve ser pago até o dia 15 de cada mês do calendário, prevendo multa de 10% do valor do imposto, em caso de atraso no recolhimento. Durante três meses, determinado contribuinte pagou o tributo no dia 20, fato que ensejou sua autuação, com exigência de multa pelo atraso.

Entre os meses em que houve esse atraso e a data da autuação, entra em vigor nova lei, estabelecendo que o ICMS deveria ser pago até o dia 20 de cada mês.

O contribuinte, intimado, defende-se argumentando que não deve a multa, em vista da norma do art. 106, II, "a", do Código Tributário Nacional.

Dê sua opinião sobre a procedência do argumento de defesa.

2ª Questão (20 pontos)

Lei estadual determina:

“Art. ... - O recurso voluntário para o Conselho de Contribuintes do Estado só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito de 30% do valor total do auto de infração.”

Dê sua opinião quanto à constitucionalidade desta norma.

3ª Questão (20 pontos)

A Sociedade X, empresa industrial estabelecida no Estado do Rio de Janeiro, vende artigos de decoração a duas empresas, ambas localizadas no território do Estado de São Paulo, a saber: Empresa Y, prestadora de serviços tributados exclusivamente pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), e a Empresa Z, comerciante das mercadorias que adquire da Sociedade X.

Por força de suas atividades específicas, a Empresa Y consumirá os artigos de decoração, enquanto a Empresa Z os destinará à comercialização.

Descreva como se dará a incidência do ICMS nesses dois tipos de operação, a consumidor e a comerciante, mencionando os elementos que devem integrar a base de cálculo do imposto em cada uma delas.

4ª QUESTÃO (20 pontos)

O Estado, por erro, reteve a menos o valor do Imposto de Renda incidente sobre vencimentos pagos a funcionários de sua administração direta.

Tem o Estado competência para cobrar judicialmente dos funcionários o valor daquela diferença de Imposto de Renda?

5ª Questão (20 pontos)

O Estado contrata, regularmente, diversas empreiteiras para realizarem certa obra. Para diminuir o preço desta, após celebração de Convênio interestadual, edita lei isentando do ICMS, por 5 anos, a importação de equipamentos especializados, para emprego exclusivo em tal obra.

Decorrido os dois primeiros anos da obra, o Estado resolve aumentar sua receita e promove a revogação do Convênio e da Lei concessiva da isenção, com efeito a partir de 1º de janeiro do terceiro ano do calendário.

É legítima essa revogação de isenção?